

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESPAÇO RURAL DA CAMPANHA GAÚCHA – 1990/2015

Ana Clarice Soares Hanauer¹
César de David²

RESUMO

A Região do Pampa, nos domínios do sul do Brasil, por muito tempo manteve sua paisagem rural relacionada às atividades tradicionais da pecuária e da rizicultura. Todavia, a partir da década de 1990, a região passou por grandes mudanças no uso do solo com a introdução de atividades exógenas, como o cultivo de eucaliptos para celulose, e a expansão da soja em áreas antes ocupadas pela pecuária. Desencadeou-se, portanto, com o avanço do agronegócio, uma série de transformações territoriais, no modo de vida da população rural, nas suas atividades e sobretudo nas relações de trabalho que é o escopo desta pesquisa. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar as transformações e as permanências nas formas produtivas e nas relações de produção, decorrentes do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista na Campanha Gaúcha, sobretudo a partir do avanço das monoculturas.

Palavras-chave: capitalismo, agronegócio, trabalho.

ABSTRACT

The Region of Pampa, in the fields of Brazil, long maintained its rural landscape related to traditional activities of livestock. However, particularly from the 1990s, the region has undergone major changes in land use with the introduction of exogenous activities such as eucalyptus cultivation for pulp and soy expansion in areas previously occupied by livestock. Unleashed, therefore, with the advance of agribusiness a series of territorial transformations in the rural population living in their activities and especially in labor relations is the scope of this research. So the purpose of the paper is to analyze the changes and continuities in productive ways and the relations of production resulting from the uneven development of the capitalist mode of production in Gaucha Campaign.

Keywords : capitalism, agribusiness, work

Introdução

Nas últimas décadas, particularmente a partir dos anos 70, houveram grandes transformações no espaço rural brasileiro que podem ser lidos na paisagem, nas dinâmicas territoriais dos processos de produção, no modo de vida da população rural, nas suas

¹Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia. PPGGEO/ UFSM anahanauer@yahoo.com.br

²Professor do Departamento de Geociências - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
cdedavid2009@gmail.com

atividades e, sobretudo, nas relações sociais. Este novo momento na agricultura aconteceu pela intensificação do capitalismo no campo.

Nas regiões do Rio Grande do Sul, semelhante ao que ocorreu nos demais estados, este processo não foi homogêneo no tempo e no espaço, resultando em um desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). Enquanto que na metade norte do estado, particularmente na região do Planalto Gaúcho, presenciávamos o avanço dos monocultivos de soja consorciadas a culturas tradicionais como o trigo, o milho, a aveia, mas com utilização de técnicas avançadas de produção e modernização contínua de equipamentos e insumos. Nos municípios da metade sul, mais especificamente na Região da Campanha ainda predominava como principal atividade econômica o arroz e a pecuária, ainda de forma extensiva, com reduzida produtividade e limitado progresso técnico.

A pecuária está imbricada na formação histórica da região da Campanha, que se consolidou com uma estrutura fundiária concentradora de terras e maior produtora de efetivos da pecuária extensiva do estado. Atividades que influenciaram profundamente a cultura, o modo de vida e a dinâmica populacional da região.

A partir da década de 1990, ocorrem mudanças profundas no uso da terra na Campanha com a introdução do cultivo de eucalipto para geração de celulose, além de uma grande expansão da monocultura sojeira, agora ocupando ou dividindo áreas com a pecuária. Desencadeando assim, uma série de transformações territoriais, no modo de vida da população rural e nas relações de trabalho.

Entretanto, nesse processo de mudança contínua, há também, permanências. Que implicações as mudanças no uso da terra tiveram sobre a força de trabalho e o emprego nas atividades agrícolas da região? Quais os impactos dessas mudanças e permanências no espaço rural regional? Essas são algumas das questões que se buscou responder na pesquisa da qual resulta este artigo.

Do ponto de vista do método o trabalho se caracteriza pela adoção do materialismo histórico dialético, tanto por conta do referencial teórico marxista adotado, quanto da busca pelo entendimento da perspectiva histórica do movimento contraditório do avanço do capitalismo no campo, no recorte territorial da Campanha gaúcha. Os procedimentos metodológicos incluíram um amplo estudo bibliográfico e a coleta de dados secundários em instituições como Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Campanha Gaúcha - uma breve contextualização geográfica e histórica

Na divisão regional do Brasil pelo IBGE (1970), a Região da Campanha também denominada Mesorregião Sudoeste-Rio-grandense está dividida em três microrregiões que contemplam os atuais 19 municípios que a compõem, como mostra a Figura 1.

Mesorregião Sudoeste Rio-grandense: microrregiões e municípios

Microrregião	Municípios
Campanha Central	1. Rosário do Sul
	2. Santa Margarida do Sul
	3. Santana do Livramento
	4. São Gabriel
Campanha Meridional	5. Aceguá
	6. Bagé
	7. Dom Pedrito
	8. Hulha Negra
	9. Lavras do Sul
Campanha Ocidental	10. Alegrete
	11. Barra do Quaraí
	12. Itaqui
	13. Manoel Viana
	14. Quaraí
	15. São Borja
	16. São Francisco de Assis
	17. Uruguaiana
	18. Garruchos
	19. Maçambará

Figura 01: mesorregião sudoeste Rio-grandense: microrregiões e município.

Fonte: IBGE (1989)

Organização: Hanauer, A. C. S. (2015)

Em meio aos conflitos pelo domínio territorial, pode-se afirmar que uma das primeiras atividades econômicas da região foi a preação do gado oriundo da região missioneira ao norte do Rio Grande do Sul e do Paraguai. Constituíram-se com essa atividade os primeiros povoados, pois da preação passou-se a criação, com formação das estâncias, posteriormente ascenderem as economias do tropeirismo, do charque e finalmente dos frigoríficos, todas baseadas na criação e na estância (MACHADO & VELA: 2011).

Nesse contexto, conforma-se a estrutura agrária da região, caracterizada pela concentração da terra, pelo uso de pouca tecnologia na produção e pela baixa produtividade da terra em relação a sua extensão. Mas ao mesmo tempo, nela conviveram os despossuídos da propriedade da terra, como força de trabalho, para executar as tarefas de produção e das lidas

do campo, entre os quais os escravizados, os agregados, parceiros e camponeses empobrecidos.

"O beneficiamento dos cereais plantados, a pequena produção de charque e de farinha de mandioca para o consumo, o abastecimento da estância em água e em lenha, e o trabalho doméstico na "casa – grande" eram atividades em que poderíamos encontrar o negro escravizado labutando". (MAESTRI, 1993, p. 38).

Devido a sua formação histórica de concentração de terras, provocando enormes distâncias e difícil acesso a pequenos povoados; a maior parte da população da região esteve concentrada em núcleos urbanos. Outro elemento que diferencia a região das demais regiões do estado e do Brasil é o relevo e a vegetação típicos do Bioma Pampa.

Assim como a cultura gaúcha vai além das fronteiras do país, o Bioma Pampa estende-se da metade sul do Rio Grande do Sul até o norte do Uruguai e leste da Argentina. No Brasil o bioma ocorre somente no estado do Rio Grande do Sul, com extensão aproximada de 176.000km². Segundo Boldrini (2007), 58,68% da sua formação inicial foi alterado restando apenas 42,32% do bioma original. Colocando o Pampa como 2º bioma mais devastado do Brasil, a partir da conversão da paisagem natural para atividades agrícolas.

A palavra Pampa tem origem quíchua (ou quechua) e significa região plana, paisagem com predomínio de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira. Segundo Pereira (2014), Pampa também pode ser entendido como a união de formações ecológicas que se entrecruzam com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas.

O Bioma Pampa, segundo Chelotti (2009) foi incorporado num primeiro momento na divisão internacional do trabalho como um grande produtor de carnes, provenientes de seus campos naturais. Atualmente, com a expansão da fronteira agrícola no interior do próprio estado, o pampa é palco da ofensiva dos monocultivos, particularmente da soja.

Referencial teórico

Para a compreensão do agronegócio, do trabalho e das relações de trabalho nosso ponto de partida é a produção social da vida como fator determinante das mudanças na força de trabalho, nas relações de produção e no espaço.

Por compreendermos que o espaço e suas relações não são neutros, mas uma síntese dos processos naturais e sociais ocorridos ao longo da história. No caso da relação humana e a força de trabalho acreditamos estar intrinsecamente ligadas a forma como a sociedade se organizou para produzir a vida até os dias atuais.

A economia, não na sua aparência, no espaço da circulação de mercadorias, mas, na sua essência, na forma do processo de produção e reprodução material da vida dos seres humanos. A produção social da vida como acúmulo histórico: comer, vestir, morar. Para MARX (2006) o modo de produção material da vida condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral.

A economia capitalista pressupõe a propriedade privada dos meios de produção, a compra e venda da força de trabalho, o capital e o Estado. Sendo assim, a sociedade é um todo, mas não para produção e reprodução da vida dos seres humanos, mas para a produção e reprodução do capital.

As mudanças no saber-fazer em cada período não mudam apenas as relações sociais de produção, impõe mudanças na forma e conteúdo do espaço. A natureza primeira só existiu até o momento imediatamente anterior a que o homem se transformou em homem social, através da produção social (SANTOS,1997). Caracterizando, assim, o espaço como objeto de construção social.

Para SANTOS (1997), os elementos do espaço seriam os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Os elementos do espaço sofrem variações de qualidade e de quantidade, então são variáveis, isso significa que eles variam e mudam o valor a cada período histórico. No capitalismo, o espaço é apropriado e transformado em mercadoria, como terra, água, floresta, seres vivos; passando do estágio de valor de uso para valor de troca, para acumular capital.

O espaço rural assume um duplo caráter, primeiro como espaço de produção e reprodução da vida dos sujeitos sociais que ali vivem, que produzem para seu consumo, caracterizando uma paisagem com diversidade de cultivos e criações de animais, com crianças e idosos, homens e mulheres com suas moradas cercadas de jardins e hortas e seus varais de roupas.

Segundo, como espaço de produção de mercadorias, cada vez mais homogêneo e padronizado, que tem apenas os trabalhadores assalariados fixos ou temporários para executar

as fases do trabalho em períodos sazonais. O espaço sob direção e a serviço da produção de mercadorias.

O espaço agrícola está, assim marcado por desigualdades gritantes: num extremo as explorações agroindustriais, muitas vezes dependentes do mercado mundial e apoiadas direta ou indiretamente nos capitais internacionais; noutro extremo as pequenas explorações que funcionam na base do trabalho humano e de um capital variável fraco, obtido frequentemente por empréstimos usurários. Entre os dois, toda uma gama de exploração que combinam, e modos múltiplos, frações e capital e do trabalho. (SANTOS, 2007. p. 143).

Mas, apenas a caracterização do espaço não dá conta de discutir o espaço rural, uma vez que é crescente a ação das empresas do agronegócio em quantidade e qualidade no campo. Com o mais alto nível técnico na forma de produzir na agricultura elas impõem outro ritmo ao espaço rural, cada vez mais concentrando propriedade e capital. Segundo Santos (2007), quanto mais desenvolvidas as forças produtivas de um país, mais as pequenas explorações agrícolas tenderão a desaparecer.

A agricultura sofreu mudanças profundas, talvez uma das mais profundas que a humanidade já viveu, como bem pontuou MARX ao falar da Inglaterra no século XIX. Elas têm origens no processo de surgimento e consolidação do modo de produção capitalista.

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalho assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são, assim, equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição" (MARX, 2006. p. 570)

Pois o capital só pode desenvolver-se e afirmar-se no processo de separação do produtor dos seus meios de produção, como necessidade de expansão e reprodução do capital, que substitui “velhas” práticas por métodos racionais e tecnicamente aperfeiçoados.

No Brasil, a partir dos anos 1970, vive-se a denominada Revolução Verde, marcada pela expansão do capital no campo, provocando enormes consequências para as comunidades rurais onde o trabalho com a terra é orientado a produzir, além do consumo, o excedente comercializável. Planta-se, coleta-se e cria-se para viver e para vender. Troca-se, vende-se e compra-se trabalho por bens, bens por bens, trabalho e bens por dinheiro (BRANDÃO, 2007).

A partir da década de 1990 se aprofundam ainda mais as mudanças na ordem técnica na forma de produzir no campo, com a ação dos monopólios que concentram o processo desde a produção de sementes, os insumos químicos, os fertilizantes, a colheita, o armazenamento e o transporte até as agroindústrias ou portos, no caso da exportação. Essas mudanças podem ser compreendidas através da ação do agronegócio, que segundo CAMPOS (2011) deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta ou indiretamente vinculados aos processos produtivos agropecuários, sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e com o Estado, tem transformado o campo brasileiro.

A concentração da propriedade fundiária tem uma profunda relação com a distribuição da renda nos municípios no interior do Brasil. Isso porque as atividades agrícolas constituem a base da economia da maioria desses municípios, entretanto por controlarem a terra poucos são os que concentram os rendimentos dessas atividades. (CAMPOS, 2011. p. 124)

Para (COSTA, MENDES, 2012) o capital é mais uma vez o agente motivador das transformações do território e se materializa como cultura emergente nos municípios brasileiros. Difunde-se a idéia de que o agronegócio é o grande motor da economia brasileira, se não de forma geral e hegemônica, mas da maior parte dos municípios do interior. Segundo (BRANDÃO, 2007) esta é a nova racionalidade que domina o campo e constitui a racionalidade empresarial, o campo como negócio, como produtor de mercadorias.

E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas todo o solo; e todo aumento de fertilidade da terra(...), quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, mais rápido é o processo de destruição. (MARX, 2006, p. 571)

Pois pensar racionalmente o mundo, começa-se por criar os padrões tempo – espaço, em que sujeitos sociais criam os cenários entre a natureza e a cultura, que os recriam como múltiplos e interativos autores culturais dos dramas de vida que compartilham.

Se o desenvolvimento das forças produtivas ao longo do tempo impôs mudanças no espaço e na forma de fazer agricultura, como teriam ficado as relações sociais de produção e as relações de trabalho no espaço rural?

Agora o trabalho no campo é pautado por novas relações sociais de produção à medida que se vive à luz de intensas transformações na forma de produzir e reproduzir a vida, ora em

espaços separados, independentes de alguma maneira, ora no mesmo espaço quando as grandes empresas integram os pequenos agricultores ao nível mais moderno do processo de produção capitalista.

De um lado estão os camponeses, ocupantes, arrendatários, quilombolas e indígenas todos despossuídos ou possuindo pequena parcela de terra que é seu meio de produzir a vida. Entre estes há múltiplas racionalidades, pois cada etnia é um caso e cada comunidade cultural é outro – convive e representa os espaços da vida segundo padrões, talvez bastante mais diferenciados e complexos do que possamos imaginar (BRANDÃO, 2007).

Aqui duas formas distintas de produção estão inseridas no processo – o trabalho familiar, que se volta para as pequenas propriedades (por exemplo, a produção de aves por pequenos produtores para frigoríficos de maior porte) e o trabalho assalariado, na figura do boia-fria, que se ocupa nas médias e grandes unidades capitalistas (monocultura de cana-de-açúcar, por exemplo) (VIANA, 2012, p. 3).

A partir da reestruturação produtiva no campo, torna-se visível uma nova categoria de trabalhadores, principalmente no sudeste e nordeste do país nas plantações de cana de açúcar e café, que são os boias frias ou trabalhadores volantes. O trabalho volante vai atingir proporções significativas décadas mais tarde no campo a medida que se desenvolve e consolida o agronegócio como forma hegemônica de fazer agricultura no campo brasileiro.

De outro, os representantes do mais elevado nível técnico de produzir na agricultura, o agronegócio materializado na empresa rural ou corporações multinacionais. Com profissionais que planejam, coordenam a execução e monitoram (se necessário à distância), as várias etapas da produção agrícola, com técnicas precisas que desde o momento do planejamento permite ter controle exatodo ciclo da produção e quantidade que será colhida no final do processo. Aqui cabem as técnicas de sensoriamento remoto para monitoramento da fertilidade de solos, qualidade dos cultivos, métodos e infraestrutura de irrigação, sementes, insumos e crédito para financiamento, geralmente por parte dos bancos estatais.

O tempo agora é dos senhores do capital, da racionalidade empresarial. O espaço é de valorização do valor, onde a transferência de símbolos e significados da fábrica moderna são transferidos para o espaço-tempo rural dos homens da terra. Espaço rural para produção e reprodução da vida social, com técnicas manuais de produção a partir dos saberes tradicionais, regida sob o tempo do ciclo reprodutivo dos animais e calendário agrícola.

A partir dos modos de produção que se desenvolvem no campo é possível refletir no tipo de relação de trabalho que se insere nestas estruturas (VIANA,2012). Assim, novas relações de trabalho vem se estabelecendo articuladas às antigas relações, apresentando permanências e mudanças particulares (VIEIRA,2012).

Cabe ressaltar que o agronegócio tende a uma redução proporcional ao número de empregos, as empresas formam um quadro de funcionários adequados as suas necessidades em termos de modelo técnico produtivo, otimizando a produção, reduzindo os custos, aumentando seus lucros e pagando cada vez menos pela força de trabalho. (VIEIRA, 2012).

Muitos trabalhadores, ou melhor, a maioria deles, não é absorvida pelo contexto atual da mecanização do campo, ou seja, procuram se recolocar em novos postos(...), ocorre dentro desse processo o que podemos chamar de desagregação do trabalho, pois pela falta de colocações, o trabalhador desempregado acaba se sujeitando a vagas em localidades cada vez mais distante de sua terra de origem e condições mais precárias ou salários mais baixos. (VIANA,2012 p. 9).

A implantação de novas atividades econômicas na agricultura que produzem em larga escala, exigem certo volume de mão de obra, que são submetidas as mais variadas formas de exploração e objetivam o aumento da produtividade da terra e do trabalhador. No caso da região da Campanha, este processo reorganizou a pouca força de trabalho envolvida nas atividades agrícolas.

A expansão da lavoura moderna na década de 1960 exigiu uma mão-de-obra não existente na região. Isso intensificou o fluxo migratório de pessoas, principalmente, das antigas áreas coloniais, não significando uma mudança estrutural no contingente da população rural, que historicamente sempre foi rarefeito. Na década de 1990, a Campanha Gaúcha passou por um processo de reestruturação em sua base econômica, acirrando as disparidades socioeconômicas no território gaúcho. A crise que afetou esse espaço regional foi marcada pela abertura dos mercados e expansão da fronteira agrícola para outras regiões do país, afetando diretamente o modelo econômico regional organizado nas grandes propriedades rurais e na produção de bens primários para outras regiões do país (Chelotti, 2009. Pag. 104).

O agronegócio preserva e moderniza o sistema de trabalho fundado na escravidão, servidão, exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças. Nas relações sociais de produção percebe-se a transferência de símbolos e significados típicos da fábrica moderna para espaços-tempos rurais, com foco sob o binômio competência-competitividade em todos os momentos e lugares da vida de pessoas e comunidades, desqualifica experiências e maneiras de ser e de produzir típicos do campesinato (BRANDÃO,2007).

Enquanto vemos pequenos agricultores familiares numa busca intensa para apropriarem-se precariamente de semelhante racionalidade, equipamentos e padrão próximo ao agronegócio, através da produção integrando-se às empresas multinacionais, ora no setor de carnes como confinamento de aves e porcos, ora no leite ou nas atividades agrícolas como a soja.

Na Região da Campanha, ao longo da sua história houveram atividades agrícolas com pouco uso da técnica e a natureza não sofria tanta interferência, como, por exemplo, o uso extensivo do solo para criação de gado. Logo, não necessitavam muitos trabalhadores, e estes não necessitavam muita qualificação, bastava entender as lidas do campo.

Para este modo de produzir a vida, as relações de produção eram entre latifundiários e peões. Peões aqui no sentido mais amplo, que tanto podem morar na fazenda ou nos arredores dela. Que trabalhava *meia*, ou podem receber um salário temporário ou fixo. Que tem certa identidade não só com a cultura da campanha, das lidas do campo, mas uma relação estreita com o patrão. Fontes da história relatam que os peões davam seus filhos para os patrões batizarem, como forma de gratidão e respeito, que é algo simbólico e reflete as relações de trabalho, podendo ser quase servis, como se devessem favor ao patrão por ter trabalho.

Atualmente, pós-Revolução Verde, com a introdução de técnicas modernas na agricultura e com mudanças profundas no espaço natural, aquelas antigas relações de produção têm que acompanhar o salto de qualidade que ocorreu nas forças produtivas materiais. Logo o latifundiário/ fazendeiro transforma-se em produtor rural/ empresário e o peão/ meeiro agora é um assalariado rural, fixo ou volante, adequando-se ao tipo de trabalho e ao período do ano.

Mudanças e permanências na Campanha Gaúcha

Cabe ressaltar que o agronegócio tende a uma redução proporcional ao número de empregos, as empresas formam um quadro de funcionários adequados às suas necessidades em termos de modelo técnico produtivo, otimizando a produção, aumentando seus lucros e pagando cada vez menos pela força de trabalho. A implantação de novas atividades econômicas na agricultura objetiva o aumento da produtividade da terra e do trabalhador.

A figura 2 mostra a evolução das relações de produção na Campanha Gaúcha entre as décadas de 1960 e 1980 a partir dos dados dos Censos Agropecuários.

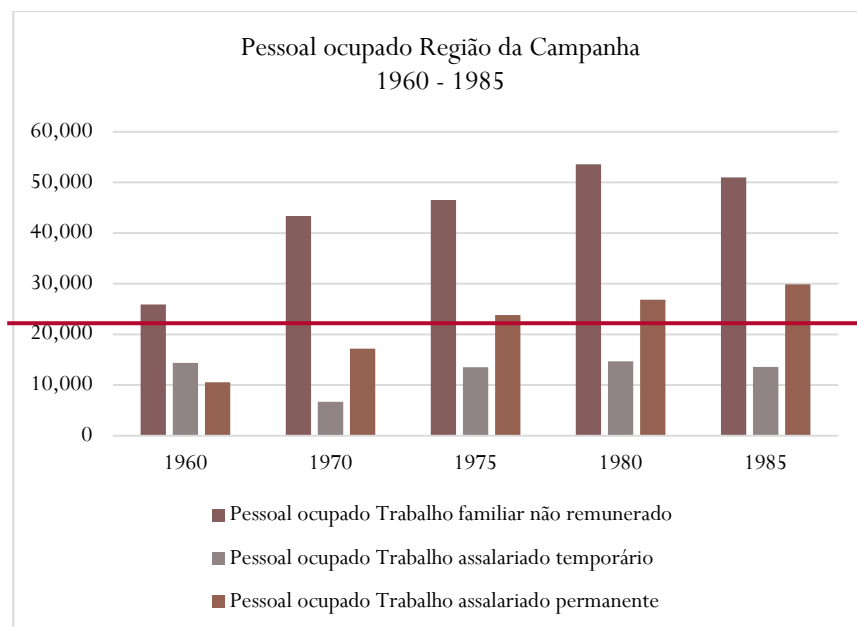


Figura 2: Pessoal ocupado Região da Campanha 1960 - 1985
 Fonte: IBGE, (1960 a 1985) Organização: HANAUER, A. C. S. (2015)

Pode-se observar na figura 2, que a maior parte do pessoal ocupado em atividades no espaço rural na região no período entre 1960 e 1985 correspondia ao chamado trabalho familiar não remunerado. Trabalho este característico da pequena propriedade, onde todos ou a maior parte dos membros da família trabalham para produção de pequenos cultivos e criação de animais.

É característica da grande propriedade a contratação de mão de obra externa, independente da atividade econômica que esta realiza. Historicamente na região da Campanha as grandes fazendas contam com um pequeno número de pessoal ocupado, que geralmente moram no interior da propriedade devido as grandes distancias das cidades ou vilarejos mais próximos.

Como as atividades agrícolas de maior escala da região neste período (1960-1985) são pecuária e arroz, estas propriedades contam com a contratação de força de trabalho externo a propriedade, em alguns casos permanentes ou em outros, temporário.

O agronegócio avança na região a partir da década de 1990 com a introdução do cultivo de árvores exóticas (eucaliptos) para pasta de celulose e a soja tem seu crescimento mais intenso nos anos 2000.

O agronegócio preserva e moderniza os sistemas de trabalho, ora produzindo diretamente o assalariamento, ora subordinando pequenos agricultores por meio da produção integrada às empresas. Entretanto, apesar do aumento dos assentamentos de reforma agrária na região o agronegócio, associado ao latifúndio, é que domina o território da Campanha condicionando os usos da terra mesmo em parte das áreas conquistadas pela luta dos trabalhadores. Os monocultivos mais incentivados pelo agronegócio nesta região são a soja e o eucalipto para celulose (PEREIRA, 2014).

Na região da Campanha, ao longo da sua história havia atividades agrícolas com pouco uso da técnica e a natureza não sofria tanta interferência, como, por exemplo, o uso extensivo do solo para criação de gado e a produção extensiva de arroz. Logo, não necessitavam muitos trabalhadores, e estes não necessitavam ter muita qualificação, bastava entender das lidas do campo.

Para este modo de produzir a vida, as relações de produção eram entre latifundiários e peões. Peões aqui no sentido mais amplo, que tanto pode morar na fazenda ou nos arredores dela. Que trabalha de *a meia*, ou pode receber um salário temporário ou fixo. Que tem certa identidade não só com a cultura da campanha, das lidas do campo, mas uma relação estreita com o patrão. Fontes da história relatam que os peões davam seus filhos para os patrões batizarem, como forma de gratidão e respeito, que é algo simbólico e reflete nas relações de trabalho, podendo ser quase servis, como se devesse favor ao patrão por ter trabalho.

Atualmente, com a introdução de técnicas modernas na agricultura e com mudanças profundas no espaço natural, aquelas antigas relações de produção têm que acompanhar o salto de qualidade que ocorreu nas forças produtivas materiais. Logo o latifundiário/fazendeiro transforma-se em produtor rural/ empresário e o peão/ meeiro agora é um assalariado rural, fixo ou volante, adequando-se ao tipo de trabalho e o período do ano.

A figura seguinte ilustra a evolução a área plantada de soja a partir da década de 1990 nas diferentes regiões do estado do rio Grande do Sul. Com destaque para a Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense que é nosso objeto de estudo. Todas as regiões tiveram crescimento da área plantada de soja, cabe aqui ressaltar que na região Sudoeste Rio-Grandense os monocultivos

de soja vão se intensificar a partir da década de 1990, onde a área plantada apresenta um crescimento significativo a cada cinco anos conforme os dados apontam.

Mesorregiões	Evolução da área plantada de soja no RS				
	1991 (ha)	1995 (ha)	2000 (ha)	2006 (ha)	2013 (ha)
Centro Ocidental Rio-Grandense	203740	199480	227580	497840	626500
Centro Oriental Rio-Grandense	102060	77355	64676	130694	253984
Metropolitana de Porto Alegre	10315	6167	2375	21423	65383
Nordeste Rio-Grandense	64412	53538	94748	182310	239835
Noroeste Rio-Grandense	2599795	2510030	2462977	2658995	2838850
Sudeste Rio-Grandense	60500	45360	35038	78659	240041
Sudoeste Rio-Grandense	91500	116620	143162	298580	463240

Fonte: FEE; Org. HANAUER (2015)

Segundo dados da FEE, no intervalo de 12 anos, a área plantada com soja aumentou em quatro vezes na região. Os municípios que lideram o cultivo de soja são: Dom Pedrito passando de 6 700 hectares em 1991 para 67 000 hectares em 2013, e São Gabriel, que no mesmo período passou de 17 000 hectares para 60 000 hectares. Um crescimento de 1 000% e de 400% na área plantada deste produto, respectivamente.

Para analisar o trabalho nesse mesmo período utilizamos os dados do CAGED – Cadastro geral de Empregados e Desempregados, uma vez que ainda não temos dados do Censo Agropecuário no período. O CAGED é a forma como o Ministério do Trabalho e Emprego controla as admissões e demissões sob regime da CLT em todo país. A partir de agosto de 2017 tornou-se lei que toda empresa que movimentar acima de 10 funcionários sob regime de CLT deve informar o Ministério do Trabalho e emprego, esse processo ocorre de forma digital pela web, até o dia 07 do mês subsequente.

A utilização desta fonte limita um tanto nossa pesquisa uma vez que trabalha somente com trabalhadores no regime de CLT, e o trabalho no espaço rural nem sempre passa por essa relação de trabalho legal, registrada na carteira de trabalho. Mesmo assim, analisando a tabela a seguir podemos constatar o movimento/evolução do trabalho na atualidade em alguns municípios da região.

Evolução do saldo anual de empregados formais celetistas do agronegócio (NO ANO)

	Alegrete			S. Livramento			São Gabriel		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
2003	915	845	3,14	332	316	0,47	600	524	4,78

2005	841	880	-1,67	381	448	-0,67	543	529	-4,56
2010	1113	1107	0,30	560	549	0,98	625	652	-2,08
2015	957	963	-0,28	664	649	1,15	617	646	-1,89

1. Admissões
2. Desligamentos
3. Saldo (%)

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: HANAUER, DE DAVID (2017)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A evolução entre admissões e desligamentos ao longo do período de mais de 10 anos podemos perceber que há uma oscilação bastante grande, principalmente no município de São Gabriel, que em 2003 empregou mais que demitiu e nos anos seguintes demitiu mais do empregou trabalhadores. Em Santa do Livramento e Alegrete há um equilíbrio maior entre admissões e demissões.

Há um aumento em todos os municípios analisados de 2003 a 2015 no fluxo de trabalhadores envolvidos em atividades agropecuária, apenas Alegrete tem uma pequena queda em 2015. Esse aumento tende a ser devido a entrada das atividades de silvicultura na região, cultivo de lavouras de eucalipto para celulose. Este tipo de atividade em períodos de plantio utiliza mais mão de obra, e depois o manejo utiliza menos.

Outro fator é a entrada da produção de soja na região, que envolve um número de trabalhadores maior em alguns períodos do ano, principalmente na safra. Nas atividades de entre safra, que se refere ao preparo de pastagens para manejo do gado de corte envolve menor número de trabalhadores.

Algumas considerações

Conclui-se que agronegócio reorganiza o espaço rural agora sob novos parâmetros. Para esta nova forma de organizar a produção os sujeitos sociais envolvidos também sofrem novas exigências e as relações sociais vão se transformando para adaptarem-se a empresa rural regida por determinações que vem de fora da porteira do estabelecimento, da região, do estado e do país.

Este processo provoca uma maior seletividade dos trabalhadores envolvidos, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. Em qualidade porque vai necessitar conhecimentos técnicos e trabalhadores especializados em algumas áreas como tratoristas que

conheçam novas tecnologias utilizadas na agricultura como a utilização de software de última geração para o preparo do solo e a colheita. E em quantidade devido a tendência de redução do número de postos de trabalho que os cultivos intensivos em capital, como é o caso da soja e do eucalipto.

Entretanto, ainda há muitas permanências no espaço rural, como o trabalho não assalariado nos pequenos estabelecimentos, que realizam tanto atividades agrícolas para subsistência quanto pecuária.

Desse modo, o resultado predominante do avanço do agronegócio na Campanha é um mosaico de formas de produção e de vida, em que o antigo e o moderno se imbricam não de forma harmônica, mas com a subsunção crescente do trabalho e, por conseguinte, do modo de vida das populações, ao capital. Entretanto, contraditoriamente, subsistem, ainda que ocupando cada vez menos espaço, formas antigas de produção, que vão se reproduzindo na região. Evidenciando que não há linearidade e padronização na produção do espaço, pelo contrário, o que se materializa nas relações de produção e se expressa na paisagem da Campanha é o desenvolvimento desigual do capital.

REFERÊNCIAS

BROIETTI, M. **Os assalariados rurais temporários da cana**. Plano Editoração, 1º edição, São Caetano/SP, 2003.

BRANDÃO, C. R. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Revista Centro de estudos Rurais (UNICAMP) RURIS | Volume 1, Número 1 | Março de 2007.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

COSTA, R. L.; MENDES, E. P. **A diferenciação nas relações de trabalho no contexto sucroalcooleiro em Goiatuba e Itumbiara**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. Disponível < <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/> > Acesso em 30/09/2017.

LINDNER, M. e MEDEIROS, R. M. V. **Assentamentos Rurais, Território, Produção**. Porto Alegre, NEAG/UFRGS, 2014.

MARX, K. **O capital. Crítica à economia política**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 24ª edição, 2006.

MACHADO, S. M. M.; VELA, J. M. **Apontamentos acerca da discussão sobre a introdução das empresas de celulose nos pampas gaúchos: para onde vai a fronteira Sant'ana do Livramento.** Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-15.

ROSSI, V. **Territorio em conflicto. Reestructuración productiva y producción familiar em el campo uruguayo. Pampa.** Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, año 6 n° 6, Santa Fe, Argentina.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo, Editora Nobel. 1997.

VIANA, V. C. **A produção canavieira na Região de Ribeirão Preto/SP. Força de trabalho e reestruturação da agroindústria da cana-de-açúcar.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.

VIEIRA, N. M. **O trabalho rural no Brasil: inovações técnicas e (re) organização espacial com a estruturação produtiva do capital na cadeia carne/ grãos na BR- 163 MT.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.

FEIX, Rodrigo D.; LEUSIN JÚNIOR, Sergio. **Estatísticas e indicadores do emprego formal do agronegócio:** nota técnica. Porto Alegre: FEE, 2016.